

Elites políticas na província da Bahia (1824 – 1831)

Nora de Cássia Gomes de Oliveira*

Resumo: O projeto de independência formulado e executado a partir do Rio de Janeiro, não foi aceito de imediato e sem restrições pelas diferentes províncias e isso gerou as principais preocupações para o novo Estado, ou seja, a estabilidade política dependia da adesão provincial para garantir a unidade política e territorial, afastando o perigo da fragmentação sofrido pela América hispânica. Nessa discussão mapeamos o perfil dos representantes políticos, particularmente presidentes e vice-presidentes da província da Bahia, uma vez que os estudos sobre elites políticas na Bahia têm se detido, particularmente, no exame dos representantes do Senado da Câmara e nos presidentes e deputados da província a partir do período regencial.

Palavras Chave: Independência, elites políticas, Estado Nacional

Abstract: The independence project formulated and implemented from Rio de Janeiro, was not accepted immediately and without restrictions by different provinces; this situation originated the first concerns to the new state, ie the political stability depended on provincial adhesion to ensure political and territorial unity, removing out the fragmentation danger suffered by Hispanic America. In this discussion, we mapped the profile of the political representatives, specifically the presidents and vice-presidents of the province of Bahia, since that the studies on political elites in Bahia have been held, especially in the examination of representatives of Senate, chairmen and provincial presidents and deputies, since the starting of regency period.

Key Words: Independence, political elites, National State

A concretização de um projeto de Estado centralizado e unificado territorialmente é atribuída, por José Murilo de Carvalho (1980), à capacidade de atuação de uma elite política coesa e bem treinada para o exercício do poder. Em obra de referência sobre elites políticas e construção do Estado no Brasil¹, o autor destaca a importância do estudo sobre elites políticas como um dos elementos para se compreender a complexidade da formação dos Estados nacionais.

Ao investigar “*grupos especiais de elite, marcados por características que os distinguem tanto das massas como de outros grupos de elite*”, utilizando, como critério de identificação das mesmas, as posições formais ocupadas por ela, homens que tomavam decisões dentro do Governo

* Professora Ms. da Universidade do Estado da Bahia.

¹ A tese de doutorado do autor *Elite and State- Building in Imperial Brazil*, defendida em 1974, na Universidade de Standford- EUA, foi publicada em dois volumes: **A construção da ordem**: a elite política imperial, que, como o nome indica, é uma análise da formação e composição da elite política imperial; e **Teatro de sombras**: a política imperial, uma abordagem mais aprofundada da atuação dessa elite na construção do Estado no Brasil.

Central, “*peças que ocupavam cargos do executivo e do legislativo, isto é, além do Imperador, os Conselheiros de Estado, os ministros os senadores e os deputados*”, Carvalho (1980, p.20) nos oferece elementos para analisarmos o papel dos presidentes de províncias e sua relação com as elites locais na construção do Estado nacional brasileiro, a partir da perspectiva de uma província convulsionada socialmente, porém, estrategicamente importante para a consolidação da unidade territorial, como é o caso da Bahia.

Sabemos que o uso do termo elite é polêmico, criticado por sua imprecisão conceitual, mas nos parece apropriado a um grupo social restrito, que se destacou do conjunto da sociedade e assumiu o controle do governo da Bahia, no Primeiro Reinado, e que pode ser identificado a partir de elementos comuns, relacionando-os a suas práticas políticas e à dinâmica histórica, afastando-se, dessa forma, “*de uma velha história das elites, heróica e heroizante, fixada em personagens e atos excepcionais*” (HEINZ, 2006, pp.10).

A escolha dos presidentes de província para esse estudo diz respeito a sua importância no jogo político entre a Corte e as Províncias. Construímos o perfil dos presidentes e vice-presidentes utilizando fontes secundárias disponíveis, que nos permitiram identificar, com relativa segurança, suas características principais. Por isso, apresentamos o perfil de um grupo político determinado e relativamente restrito: os cinco presidentes e dois vices que governaram a Bahia de 1824 a 1831, a partir da sistematização de dados sobre a trajetória do grupo, elegendo elementos comuns como geração, local de nascimento, formação educacional, carreira profissional e política, condecorações e títulos de nobreza². Traçamos o perfil da elite política que representou, na província, o projeto de centralização implementado a partir do Centro-Sul, considerando as nomeações dos presidentes, dos vices e suas relações com o Governo Central.

No jogo político delineado nos anos de 1820-1822, a província foi uma importante possessão territorial disputada tanto por Lisboa quanto pelo Rio de Janeiro, os dois centros de poder constituídos dentro do Império Português depois da transmigração da Família Real para o Brasil. Sua posição geográfica e seu peso político e econômico de antiga capital colonial e importante porto exportador realçavam sua importância geopolítica para a concretização dos projetos políticos defendidos por aqueles centros de poder. A Portugal interessava garantir o domínio sobre uma base territorial que lhe permitisse organizar suas forças militares na

² Os aspectos contemplados na trajetória do grupo estão baseados em dois trabalhos importantes, que apresentam, metodologicamente, a construção de biografias coletivas: o trabalho já clássico de José Murilo de Carvalho, sobre a elite imperial, e um, mais recente, de Marco Morel, que traz o perfil de novos homens públicos – jornalistas ou panfletários- e novos espaços de socialização na modernidade política do Rio de Janeiro, entre os anos de 1820 a 1840.

América, para combater o projeto de separação do Reino Unido; ao Rio de Janeiro, inversamente, a adesão da Bahia significava garantir a própria segurança da sede da Corte contra inimigos internos e externos.

Por ter sido uma província que, de imediato, não se posicionou favoravelmente em relação ao projeto de emancipação em urdidura no chamado *Sul*, e representado na figura de D. Pedro, houve uma preocupação adicional do Estado Monárquico em garantir sua implantação e ação na Bahia.

É preciso considerar também a intranqüilidade que marcou a província após a derrota das forças portuguesas na Bahia, em 2 de julho de 1823. A instabilidade esteve, em grande parte, relacionada à frustração das expectativas criadas em torno da guerra e da Independência do Brasil que, uma vez conseguida sem as alterações esperadas, pelo menos para a maioria da população brasileira, provocou várias manifestações de insatisfação, especialmente protagonizadas pela gente de cor, que constituía, na Bahia, o contingente preponderante da população.

Apesar de não ter resultados mais palpáveis de alteração da nova ordem instalada na província após a independência - não tão nova assim já que os privilégios continuaram nas mãos de quem sempre os tivera -, as manifestações populares foram constantes e alarmavam as elites responsáveis por consolidar a unidade política e territorial do Império, que passava pela concretização do processo de centralização política articulada no Centro – Sul e estendido às demais províncias, a partir da construção de um aparelho de Estado condizente com esse projeto e conduzido por pessoas que com ele se afinavam.

É nesse contexto, ainda turbulento, que ganhou destaque o papel dos presidentes de província e dos Conselhos de Governo e Provincial, cargos e funções ocupados por pessoas da confiança do governo central, aliado aos poderosos locais, o que garantiu a adesão da Bahia ao projeto de construção do novo Estado, implementando uma nova organização administrativa e política, que atendessem aos interesses das elites envolvidas no projeto.

PRESIDENTES E VICE-PRESIDENTES NA PROVÍNCIA DA BAHIA (1824-1831)

A organização do Estado, nas províncias, foi uma das primeiras preocupações da Assembléia Constituinte, reunida na Corte a partir de 3 de maio de 1823, quando da sua instalação. Uma das leis sancionadas neste ano foi a lei de 20 de outubro, concernente à administração e organização política das províncias, que estabeleceu a substituição das Juntas Provisórias provinciais pelo governo provisório de um Presidente e Conselho.

Os presidentes de províncias eram importantes e graduados funcionários públicos - homens do segundo escalão, mas que estão incluídos na elite nacional, como homens de

decisão a nível provincial – e exemplos da dificuldade de se separar a administração da política, na medida em que, fazendo parte da burocracia imperial, também representavam um projeto político vencedor, que precisava ser consolidado nas províncias.

Dessa forma, considerando que a elite política e a burocracia estiveram, durante todo o Império, basicamente concentradas na Corte, e, no máximo, se estenderam às capitais provinciais, entendemos que esses funcionários e representantes políticos do Governo Central nas províncias são importantes elos entre essas esferas políticas. Ou seja, as tensões políticas, oriundas de projetos políticos disputados no processo de Independência, entre o Centro, representado pela Corte no Rio de Janeiro, e as províncias, precisavam ser sanadas e um caminho possível para isso foi o estabelecimento de alianças políticas entre o Centro, através dos presidentes de províncias e as forças políticas locais.

A escolha de funcionários e dirigentes políticos que comungassem com as diretrizes estabelecidas pelo governo sediado no Rio de Janeiro era estratégica para a consolidação do projeto centralizador. Conhecer as principais autoridades políticas da província ajuda a entender como o governo Central conseguiu atrair para seu projeto as províncias que, até então, tinham apresentado certo grau de distanciamento político.

A nomeação do presidente de província era uma prerrogativa do Imperador; a ele cabia escolher e nomear pessoas de sua confiança e interesse para ocupar o controle do Executivo provincial, de sorte que esta função não ficasse nas mãos da elite local, ainda necessitando ser de todo conquistada para o projeto unitarista.

Os presidentes nem sempre governavam suas províncias de origem. Era comum o rodízio dessas autoridades para evitar que criassem laços e se identificassem com os interesses e as elites locais ao ponto de comprometer o governo central. Eles serviam ao Estado e a ele deviam fidelidade.

A Bahia recebeu dois presidentes oriundos do Sul, um da província de Minas Gerais, um dos pilares de apoio a D. Pedro no momento da Independência, e o outro, do Rio de Janeiro, sede da Corte e da influente elite política fluminense junto ao Imperador; dois oriundos do Norte, um pernambucano, de passagem muito rápida pela província, e um baiano, estrategicamente escolhido ainda no clima do pós-guerra na Bahia; e um português, representante da tradição e influência portuguesas junto ao governo sediado no Rio de Janeiro.

A presença de pessoas das elites políticas de grandes províncias, no governo da Bahia, representava uma importante posição para a carreira de quem assumia o governo, o que reafirma, também, a importância da província para a concretização da unidade territorial e estabilidade do novo governo, uma vez que os conflitos internos na Bahia exigiram a atuação de gente experiente e de significativo prestígio social nas suas províncias de origem.

No período de 1824, até a abdicação de D Pedro I, em abril de 1831, governaram a Bahia cinco presidentes nomeados pelo Imperador. O novo governo do Brasil continuou seguindo uma prática da política portuguesa de circulação de funcionários públicos por várias funções e em várias regiões. Essa política não significou deixar de apoiar membros da elite local quando era grande o risco de convulsão social, como no caso da Bahia, após o 2 de julho, conforme referido anteriormente. Daí que, entre os cinco presidentes que governaram a província, o primeiro foi Francisco Vicente Viana, nascido em Salvador, estrategicamente escolhido para não acirrar, ainda mais, os ânimos após o difícil período de expulsão dos portugueses da Bahia. Os demais presidentes eram de fora da província.

Nesta mesma direção, podemos indicar o curto período de tempo de governo de cada um dos presidentes, geralmente, de alguns meses até pouco mais de um ano, constituindo exceção o governo de José Egydio Gordilho de Barbuda, que durou dois anos e quatro meses. Esse presidente, de convívio muito próximo a D. Pedro I na Corte, governou a Bahia num período de desgaste político do governo do Imperador e de efervescência política da província. Não desfrutava, por outro lado, da simpatia da elite local, que não esquecera da sua atuação anterior, nas forças repressoras baianas aos participantes da Revolução de 1817, iniciada em Pernambuco. Seu assassinato em 1830 pode ser um indicativo do desapeço acumulado, ao longo dos anos, na província.

Um outro elemento a ser considerado é a geração desses presidentes. Foram homens que nasceram na segunda metade do século XVIII, e a condição privilegiada de suas famílias lhes permitiu uma formação intelectual que os capacitou a desempenharem tarefas como altos funcionários do Estado, especialmente na magistratura, o que lhes possibilitara experiência suficiente para assumirem o governo provincial ainda em média idade, considerando que suas carreiras se iniciaram muito cedo. A exceção entre os cinco foi Francisco Viana, que assumiu o governo com idade avançada.

De acordo com os dados apresentados por MATTOSO (1992, p.221-292), a Bahia, nos 65 anos do Império, teve 47 presidentes, mas teve mais vice-presidentes no exercício do poder do que presidentes, equivalendo a onze anos e meio de governo dos representantes diretos da elite baiana. Esses dados refletem uma posição de maior adesão da elite local ao governo central, e a confiança deste último, permitindo que aquela ocupasse cargos de comando na província, inclusive, por conhecer a realidade local, e estar mais bem preparada para combater o estado quase permanente de efervescência social da província, durante o Primeiro Reinado, e posteriormente³.

³ Analisando a preocupação da elite baiana com a movimentação dos rebeldes envolvidos na Sabinada, veiculada no jornal *Correio Mercantil*, Dilton Araújo faz uma crítica à historiografia que incorporou o discurso da *pax*

No entanto, essa avaliação não é de todo aplicada ao Primeiro Reinado na Bahia, onde apenas dois vices assumiram o governo. As desconfianças e os descontentamentos com o Governo Central ainda eram latentes, interessando a este um controle mais efetivo da província, através de pessoas de sua confiança, que representassem o seu projeto de governo, haja vista a predominância de governantes externos à província.

Os vice-presidentes eram os representantes das elites, escolhidos por esta a partir das eleições para a composição do Conselho de Governo, realizadas nos mesmos moldes e período das eleições para deputados, respeitando, inclusive, os mesmos critérios⁴, além da exigência de o candidato ter residido na província por seis anos, o que lhe dava vantagem em relação ao presidente, na hora de substituí-lo, pelo fato de conhecer a realidade provincial. O mais votado dos conselheiros era o vice-presidente, podendo ser sucedido pelos outros membros, respeitada sempre a ordem de classificação emanada das urnas.

Os dois vice-presidentes foram importantes comerciantes da praça de Salvador, o que representava uma posição de prestígio, condição decisiva para suas eleições como representantes da elite local. Apesar de não terem uma carreira como funcionários do Estado, eles reuniam condições de governar pelo fato de conhecerem com mais detalhes a realidade provincial, e, também, pela experiência acumulada nos cargos de representação política em nível local, como no Conselho de Governo, nas Câmaras e, a partir de 1828, no Conselho Geral de Província.

Enquanto homens da província eram de grande importância no jogo político, pois a eles cabia governá-la em momentos necessários, além de estarem vinculados aos interesses dos grupos que ali detinham forte influência política e econômica, como é o caso dos dois vice - presidentes que assumiram o governo da Bahia, os comerciantes Manoel Ignácio da Cunha Menezes e João Gonçalves Cezimbra, que atuaram na política local, no Senado da Câmara, na Junta provisória de Governo em 1820, e no Conselho Geral da Província, respectivamente. Assumiram o governo por um tempo comparável ao dos presidentes anteriormente apresentados, uma vez que a substituição dos mesmos não se dava de forma imediata.

política imediata à repressão desse movimento na província, e que deixou de ponderar “ *que o discurso feito pelos políticos da época tinha, precisamente, o objetivo de forjar uma pretendida pacificação e estava inserido em uma conjuntura de tensão política e social que subsistiria ainda por muito tempo*”.

⁴ A Constituição de 1824 estabeleceu eleições indiretas e restritivas. De maneira sucinta, funcionava da seguinte forma: uma Assembléia paroquial reunia os homens maiores de 25 anos, que fossem brasileiros ou estrangeiros naturalizados e tivessem renda anual de cem mil réis. Uma vez preenchidos esses critérios, elegia-se os eleitores provinciais que, reunidos na capital da província, elegiam os deputados, escolhiam a lista tríplice para senadores e os representantes do Conselho Geral de Província, que, além dos critérios anteriores, precisavam comprovar rendas no valor de 400 e 800 mil réis, respectivamente, para o exercício de seus cargos.

O rodízio dos presidentes deveu-se, também, ao fato de poderem acumular cargos, por exemplo, com o de Deputado Geral ou Senador, o que fazia com que se ausentassem com frequência da província, permitindo que os vices assumissem as suas atividades, ou sendo substituídos por outros, em virtude da opção pela permanência na Corte para assumirem seus mandatos no Legislativo, principalmente os Senadores, cujo cargo era vitalício.

O exercício dos cargos no Legislativo demonstra a circularidade de uma elite restrita, nos vários espaços de poder e, ainda, tornava possível o contato entre os presidentes, que estavam deixando suas atividades nas mais diversas províncias, com o Governo Central, que os havia nomeado para tais tarefas, ao tempo em que, também, dava ao parlamento um papel importante, enquanto espaço de discussão, onde as diferenças e arestas políticas regionais poderiam ser resolvidas⁵ e construída a hegemonia da classe dominante e dirigente, através da atuação de seus intelectuais.

Entre os indicados para o governo da Bahia no Primeiro Reinado, apenas Francisco Vicente Viana se candidatou, mas não conseguiu se eleger, e José Egydio Gordilho de Barbuda não assumiu mandatos no Legislativo. João Gonçalves Cezimbra assumiu mandato a partir do período regencial e, juntamente com Luiz Paulo, foi eleito deputado geral e provincial para as legislaturas de 1834-1837 e 1835- 1837, respectivamente. É bom lembrar que a representação política não está diretamente relacionada à província de nascimento. Dentre os presidentes que assumiram o governo da Bahia, João Severiano Maciel da Costa, mineiro, assumiu em 1826 o mandato de senador, pela província da Paraíba, e Don Nuno Eugenio de Lossio e Seiblit, pernambucano, assumiu o mandato de senador pela província de Alagoas.

Com relação à ocupação, pudemos identificar que, dos presidentes nomeados para a Bahia, entre 1823 e 1831, quatro eram magistrados e, desses, apenas um aparece também como proprietário de terras, e outro, como militar. Os vice-presidentes, como dito anteriormente, eram membros da elite local, envolvido com rendosas atividades comerciais. Essas ocupações revelam os arranjos políticos feitos no decorrer do processo de independência e no pós-independência.

A nomeação de Francisco Vicente Viana representou o prestígio político dos barões do açúcar baiano, reforçado no momento da guerra da independência, quando estes proprietários assumiram o destino e o controle da guerra, assim como a necessidade do Governo Central se aproximar da elite baiana, nomeando, estrategicamente, um filho da terra para seu governo. Aliado a

⁵ Discutindo sobre a representação política, a partir das bases jurídicas do Estado monárquico representativo no Brasil, Rosa Godoy da Silveira (1984, p. 113) assinala o papel do Parlamento “como órgão da sociedade civil onde se interagem os representantes das várias regiões, checando seus interesses comuns e /ou específicos, estabelecendo acordos ou desacordos, constituindo-se como espaço onde se processava a integração da classe e criava-se a “opinião pública”, em suma, criando consenso e produzindo intelectuais para a classe dominante; e órgão da sociedade política, como veículo de codificação em lei dos princípios organizadores da sociedade e onde se recrutavam os quadros de comando”.

esta condição, também estava o fato de ser ele um magistrado, assim como mais outros três, demonstrando o peso e a importância desse setor da burocracia, que assumiu destacado papel político, especialmente nas três primeiras décadas após a Independência.

Examinando os cargos que esses presidentes ocuparam anteriormente, observamos que eles seguiram os passos geralmente pré-estabelecidos para ingressar na carreira de magistrado e, posteriormente, na política. Assumiram os cargos iniciais da carreira como de Juiz de Fora, ouvidor ou corregedor e chegaram até o de desembargador, o posto mais alto na carreira da magistratura, nas mais diversas províncias do Brasil. Apenas um está indicado como militar de carreira, tendo, inclusive, o governo mais longo dentre eles. José Egydio Gordilho de Barbuda foi um militar atuante junto a D. Pedro e importante representante do Estado centralizado na província.

Durante os nove anos do Primeiro Reinado, dois vices assumiram o governo da Província. Na condição de filhos da terra, um nascido na capital e outro numa vila do interior (Cayru), eram representantes diretos das elites, e desfrutavam de posição social de destaque. Tanto Manoel Ignácio da Cunha Menezes como João Gonçalves Cezimbra foram indivíduos de muita atuação política na província, o primeiro se destacando durante o governo de D. Pedro I, como homem de muitas posses e ocupante de cargos importantes na província, tendo, inclusive, sido o responsável por hospedar a Família Real, quando da sua estadia na Bahia, em 1808, de onde se pode inferir, também, sua condição econômica.

João Gonçalves Cezimbra foi o último vice-presidente do Primeiro Reinado; não saiu da cena política baiana com a abdicação de D. Pedro I. Ao contrário, durante a Regência, assumiu mandatos de Deputado Geral e Provincial e, durante o Segundo Reinado, foi agraciado com a Imperial Ordem da Rosa, em 1860.

Com exceção dos vices que assumiram o governo da província e um de seus presidentes, no período estudado, todos os presidentes do período tiveram sua formação superior em Coimbra, o que nos remete a algumas considerações sobre este aspecto, refletindo sobre uma possível coesão na forma de pensar e se comportar desses presidentes em relação às questões políticas que atendessem às aspirações do Governo Central.

Os dados educacionais do perfil da elite dirigente são importantes na nossa análise, pois a educação pode ser considerada um elemento de coesão política e capacidade técnica, que possibilitou a execução de um determinado projeto político e o exercício do controle de cargos administrativos e políticos por um grupo seleto de sujeitos letrados, e com nível superior, frente ao conjunto da população do novo Estado.

Esses governantes fizeram parte da que ficou conhecida como *geração coimbrã* que, como o nome indica, teve toda sua formação na Universidade de Coimbra. Esta instituição foi importante

centro de formação da elite portuguesa e também brasileira, até mais ou menos meados de 1850 para Portugal, e mesmo para o Brasil, apesar da existência das escolas de Direito instaladas a partir de 1827, responsáveis pela formação da geração que substituiria aquela, a partir dos anos de 1840, e mesmo das escolas de medicina, fundadas com a chegada da Família Real, em 1808.

Considerando a data de formatura desses presidentes, final do século XVIII e início do XIX, podemos dizer que estudaram em momentos de profundas mudanças na Universidade, marcados pela disputa interna de projetos de ensino e que, certamente, estiveram em debates com outras idéias defendidas em outras instituições.

Francisco Vicente Viana, primeiro presidente da província, e o mais velho deles, provavelmente, vivenciou intenso debate de idéias, no momento de transição entre uma concepção profundamente marcada pela orientação jesuítica e o início das reformas realizadas a partir de 1772, após a expulsão dos jesuítas, colocadas em prática pelo reitor Francisco de Lemos, que contou com o apoio de Pombal como visitador.

Nesse período, a Universidade de Coimbra esteve fortemente influenciada pelo iluminismo italiano, reformista, conservador e católico, bem distante das idéias revolucionárias francesas, mas consideradas avançadas se comparadas aos padrões jesuíticos anteriores. A ciência era pensada como um conhecimento prático, a favor do desenvolvimento e do progresso. A ênfase concentrou-se nas ciências naturais, físicas e matemáticas, com destaque para as primeiras, especialmente mineralogia e botânica, com o objetivo de melhorar a economia portuguesa, mediante a renovação ou inovação na exploração dos recursos naturais das colônias, primordialmente, o Brasil.

Os outros presidentes formaram-se no período da Viradeira⁶, momento de reação às reformas pombalinas, mas não de completa ruptura. Nesta fase, a Universidade de Coimbra perdeu a centralidade que desfrutara antes, como referência cultural, para a Academia Real de Ciências de Lisboa, criada em 1779, empenhada em difundir vários setores do conhecimento, especialmente das ciências naturais, e responsável pelo incentivo de estudos sobre a natureza colonial. Esses estudos visavam um retorno material e pecuniário para a Coroa, a partir do momento em que a metrópole objetivava a racionalização da exploração dos recursos naturais da Colônia assim como formas de controle sobre a mesma. (SCHWARCZ, 2002, p.165)

⁶ A Viradeira foi um momento político de reação ao governo de Pombal, iniciado em Portugal a partir do momento em que D. Maria I assumiu o governo e instalou um longo processo jurídico contra o ex-ministro. Considerado um governo de política conservadora, mas que, no campo do desenvolvimento científico, não conseguiu, nem era pretensão, destruir tudo que já havia sido feito em relação aos avanços no campo do conhecimento, voltado para o desenvolvimento material do Reino.

Ao que parece, as idéias e medidas adotadas não eram tão destoantes do que já havia sido iniciado com as reformas propostas por Pombal, e uma evidência dessa situação é o projeto de reconhecimento das riquezas do Brasil, que teve à frente o ministro da Marinha e Domínios Ultramarinos, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, afilhado de Pombal e, de certa forma, um continuador de suas idéias no que diz respeito à exploração colonial⁷.

Como registra MOREL (2005, p.178-180), além da Universidade de Coimbra, existiam em Portugal outras possibilidades de estudos e de debate de idéias como a Academia Real de Ciências, de Lisboa, o Colégio dos Nobres e as Academias militares, as Lojas Maçônicas, como instituições de formação e espaços de sociabilidades que chegavam a rivalizar com Coimbra, o que, para o autor, significa pensar na necessidade de se relativizar a homogeneidade da formação intelectual daqueles estudantes.

No entanto, apesar dessas instituições e das tensões internas vividas na Universidade de Coimbra, os presidentes, sujeitos desse trabalho, estudaram nesta instituição e fizeram a opção pelo curso de Direito, sua base de formação. Essa base educacional precisa ser considerada, no momento de avaliar a coesão de suas práticas políticas e a sua adesão a um determinado projeto de construção do Estado no Brasil.

Os governantes da Bahia, no período, fizeram parte de uma nobreza que foi se formando no Brasil a partir de uma prática comum no Antigo Regime, que era a concessão desses títulos pelo rei. O poder dos reis em *fazer mercê* aos súditos era um dos pilares em que se sustentava a Monarquia no Antigo Regime.

A concessão de títulos está incluída no que HESPANHA (1994, p. 382) chama de *economia do dom*, que consistia na prática de dar, receber e retribuir graças e favores, sendo responsável por estabelecer redes clientelares baseadas nas relações entre beneficiados e benfeitor, que podia ser o rei ou aqueles que tinham condições para fazer tais concessões.

Entre os presidentes e os vices estudados, as ordens honoríficas mais presentes foram o Hábito de Cavaleiro da Ordem de Cristo e o foro de Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, atribuídos a Francisco Vicente Viana, João Severiano Maciel da Costa, José Egydio Gordilho de Barbuda, e, apenas a primeira, a Don Nuno Eugenio de Lossio e Seiblit.

⁷ No artigo “Aspectos da ilustração no Brasil” Maria Odila da S. Dias (2005) apresenta a atuação de vários intelectuais brasileiros que se formaram em Coimbra nesse período e em outras instituições como a Academia Real das Ciências de Lisboa, em vários ramos das ciências naturais, e que estavam comprometidos com o projeto de desenvolvimento do Reino a partir das potencialidades das colônias, especialmente do Brasil, iniciado com as reformas pombalinas. A autora ressalta que esta política teve continuidade no Governo de D. Maria I, através do Ministro da Marinha e dos Domínios Ultramarinos D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Estes ilustrados foram, também, homens que atuaram no movimento de Independência do Brasil.

Coube a D. Pedro I, após a Independência, acrescentar, à concessão das ordens honoríficas, os títulos de nobreza do antigo sistema da nobreza portuguesa, mas sem a condição da hereditariedade. A generosidade na distribuição dos títulos indica a continuidade de uma prática política que tinha o objetivo de garantir a fidelidade dos mais destacados cidadãos e daqueles mais próximos ao Imperador.

Embora esses títulos não representassem privilégios e vantagens imediatas, como isenção de impostos ou nomeação para o Senado, possibilitavam benefícios individuais na medida em que significavam “*prestígio social, entrada facilitada à Corte Imperial, e certa deferência por parte dos círculos econômicos e políticos*” (BARMAN, 1973, p. 8).

De acordo com os dados apresentados por MOREL (2005, p. 192), “o Imperador Pedro I distribuiu 146 dos grandes títulos de nobreza, a maior parte entre 1824 e 1827, época de consolidação de seu poder e de construção inicial do Estado brasileiro”. Dentre os súditos contemplados, estão aqueles que governaram a Bahia durante o Primeiro Reinado. Em ordem decrescente, os títulos concedidos correspondem aos últimos lugares na hierarquia da monarquia brasileira⁸ Os graus mais elevados de nobreza foram raramente concedidos durante todo o Império.

D. Pedro manteve as antigas ordens de cavalaria e religiosas, oriundas da Idade Média portuguesa – Ordens de Cristo, de Avis e São Tiago – e, após a Independência, criou a do Cruzeiro do Sul para recompensar méritos civis, militares e científicos. Mas, segundo MOREL (2005, p.195), pesou mais a tradição, pois, dentre as 4625 condecorações distribuídas por D. Pedro I, 2633 delas foram da Ordem de Cristo e 1204, da Ordem do Cruzeiro, contra 146 títulos de nobreza, o que indica a ampliação e a importância dessas honrarias para quem as recebeu, constituindo-se em distinção, e, para quem as doava, aumentando e ampliando seu apoio político.

O imperador ainda criou, em 1826, após a morte de D. João VI, a condecoração Ordem de D. Pedro I, de pouca repercussão, e a Ordem da Rosa, em 17 de outubro de 1829, para celebrar seu segundo casamento. Esta foi concedida, durante o seu governo, a 189 pessoas, e João Gonçalves Cezimbra, vice-presidente da Bahia em 1830 e 1831, seria agraciado com a mesma em 1860, por D. Pedro II.

A atuação desses homens no comando do executivo provincial foi de grande importância para o novo governo. A instabilidade generalizada nas províncias e os desdobramentos que essa situação poderia representar forçou o Governo Central a tomar

⁸ Morel nos apresenta a seguinte hierarquia, em ordem decrescente, na titulação da monarquia brasileira: Imperador, Imperatriz, príncipe herdeiro, princesa, duque, marquês, conde, visconde com grandeza, visconde sem grandeza, barão com grandeza, barão sem grandeza. Ver mais sobre os títulos de nobreza no Brasil o interessante artigo de Rodrick J. Barman (1973).

medidas, através da força ou da cooptação, para conquistar o apoio das províncias, que nem mesmo o Imperador conhecia, haja vista nunca ter se ausentado do perímetro das províncias do Centro-Sul, notadamente, Rio, São Paulo e Minas Gerais.

Conhecer, controlar e administrar um universo praticamente desconhecido exigiu a colaboração de um grupo de funcionários e dirigentes políticos de sua estrita confiança e reconhecida capacidade técnica e política, que estivessem dispostos a implementar, nas províncias, e sob as ordens do Imperador, as diretrizes do Estado formuladas no Rio de Janeiro. Por isso, consideramos importante conhecer quem foram os presidentes e vice-presidentes que ajudaram o Governo Central a atrair para seu projeto as províncias que, até então, tinham apresentado certo grau de distanciamento político.

FONTES IMPRESSAS

Obras

CASTRO, Renato Berbert de. Os Vice-Presidentes da Província da Bahia Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1978.

_____. História do Conselho Geral da Província da Bahia: 1824-1834. Salvador: Assembléia Legislativa, 1984.

WILDBERGER, Arnold. Os Presidentes da Província da Bahia: 1824-1889. Cidade do Salvador, Tipografia Beneditina, 1949.

Documentos

BRASIL. Colleção das Decisões do Governo do Império do Brazil de 1825. Rio de Janeiro: Typhografia Nacional, 1878.

BRASIL. Livro de decretos Imperiais (1823-1825). Rio de Janeiro: Typhografia Nacional, 1878.

BRASIL. Livro de Proclamas e decretos de 1822. Rio de Janeiro: Typhografia Nacional, 1878.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, Dilton Oliveira. Bahia: a elite e os caminhos da pacificação no pós-Sabinada. Politeia: História e Sociedade/ Revista do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- vol. 5, n. 1(2005) .- Vitória da Conquista – Bahia: Edições Uesb, 2005. p.153-175

BARMAN, Roderick J. Uma nobreza no Novo Mundo: a função dos títulos no Brasil imperial. Mensário do Arquivo Nacional, nº 6, Rio de Janeiro, 1973. p.4-21

CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

DIAS, M^a Odila L. da Silva. A interiorização da metrópole e outros estudos. São Paulo: Alameda, 2005.

HEINZ, Flavio M. (org). Por outra história das elites. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p.7-17.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. Bahia: uma província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. p.221-292.

MOREL, Marco. As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005.

SILVEIRA, Rosa M. Gogoy. O regionalismo nordestino: existência e consciência da desigualdade regional. São Paulo: Moderna, 1984, p.113.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto à Independência do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.153-181.

XAVIER, A. B. e HESPANHA, Antônio M. As redes clientelares. In: HESPANHA, Antonio M. (coord). História de Portugal. Lisboa: Estampa, 1994, p. 381-393.